

**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**COMARCA DE CUIABÁ**

**PROCESSO SELETIVO PARA CREDENCIAMENTO DE ASSISTENTE SOCIAL E  
PSICÓLOGO NO FÓRUM DA COMARCA DE CUIABÁ**

**EDITAL N. 03/2019/GRHFC**

O Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá, **LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Provimento nº 6/2014/CM, alterado pelos Provimentos nº 13/2014/CM e nº 3/2018/CM, torna pública, para ciência dos interessados, a abertura de processo seletivo com a finalidade de credenciar Pessoas Físicas das áreas de **Assistência Social e Psicologia**, para atendimento às Unidades Judiciárias do Fórum da Comarca de Cuiabá/MT, cujo procedimento obedecerá às regras estabelecidas neste edital.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. A Coordenação, operacionalização e acompanhamento serão de responsabilidade da Comissão de Apoio ao Processo Seletivo, instituída por meio da Portaria nº 170/2019/GRHFC, composta pelo Dr. Luís Aparecido Bortolussi Júnior, Juiz Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá e pelas servidoras Gicelda Rosa Fernandes da Silva Spinola, Mércya Lorena Bueno, Raquel Guimarães Farias, Cecília Akerley Mansur Bumlai, Fernanda de Siqueira Arruda Campião e Carolina Zamparoni, sob a presidência do Magistrado.

1.2. Constitui objeto do presente certame a formação de cadastro de reserva para credenciamento de Pessoas Físicas que prestem serviços especializados das áreas de Assistência Social e Psicologia no Fórum da Comarca de Cuiabá/MT, conforme quadro Anexo III.

1.3. Aos profissionais credenciados caberá o atendimento das demandas Cíveis e Criminais das Unidades Judiciárias do Fórum de Cuiabá, com vistas à prestação de serviços especializados das áreas de Assistência Social e Psicologia.

1.4. O profissional credenciado será remunerado por abono variável, com teto máximo no valor de R\$ 3.978,01, que equivale a 80% (oitenta por cento) do subsídio do cargo efetivo de Analista Judiciário previsto na tabela A, Nível 1, tendo como base de cálculo a “hora técnica” que será o valor equivalente a 0,8% (zero virgula oito por cento) do valor do subsídio do cargo efetivo

de Analista Judiciário, previsto na tabela A, Nível 1. Dessa forma, considerando o valor da hora técnica e o teto do abono variável, a prestação do serviço terá duração máxima de 100 (cem) horas mensais.

1.5. O Processo Seletivo obedecerá às normas deste Edital e terá validade de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

1.6. Os profissionais credenciados estarão sujeitos às normas especificadas pelo Provimento 6/2014/CM, disponibilizado no DJE n.º 9.255, de 13/03/2014, pelo Provimento n.º 13/2014/CM, disponibilizado no DJE n.º 9.296, de 16/05/2014 e pelo Provimento n.º 3/2018/CM, disponibilizado no DJE n.º 10.255, de 14/05/2018.

## **2. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO:**

2.1. O Processo Seletivo será composto pelas seguintes etapas:

- a) Publicação do Edital de abertura, constando as regras do processo seletivo;
- b) Inscrição dos interessados, com a entrega dos documentos obrigatórios e classificatórios constantes no item 5 deste Edital;
- c) Análise da documentação obrigatória, sendo considerados habilitados apenas os interessados que entregarem a documentação prevista no item 5.1.1, de forma completa e correta;
- d) Publicação do edital de habilitados para a etapa classificatória, em ordem alfabética;
- e) Análise da documentação classificatória dos candidatos habilitados;
- f) Publicação do edital de classificação.

## **3. DA INSCRIÇÃO**

3.1. A inscrição será gratuita, devendo ser efetuada exclusivamente no período de 23/04/2019 a 02/05/2019, no horário das 10h às 15h, na Gestão de Recursos Humanos do Fórum da Comarca de Cuiabá, sito na Rua Desembargador Milton Figueiredo Ferreira Mendes, s/n, Centro Político Administrativo, considerando-se extemporânea e sem validade qualquer inscrição feita fora desse período.

3.2. No momento da inscrição, o candidato deverá entregar toda a documentação constante no item 5 do presente Edital, não se admitindo a concessão de dilação de prazo para esse fim.

3.3. O interessado que tiver formação de nível superior em Assistência Social e Psicologia, poderá se inscrever para concorrer nas 02 (duas) áreas, devendo cada inscrição estar devidamente acompanhada de toda a documentação constante no item 5 do presente Edital.

3.3.1. Os documentos entregues para instruir uma inscrição não serão aproveitados pela Comissão de Apoio ao Processo Seletivo para instruir outra inscrição do mesmo candidato.

3.4. Será admitida inscrição por intermédio de procurador, que deverá entregar a procuração com firma reconhecida e com poderes específicos para preencher, assinar e entregar toda a documentação pertinente, inclusive os Anexos I e II.

3.5. As informações prestadas e a documentação entregue no momento da solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão de Apoio ao Processo Seletivo o direito de excluí-lo do processo seletivo por preenchimento incorreto dos dados constantes nos Anexos I e II, pela não entrega de toda a documentação obrigatória constante no item 5.1.1, pela entrega de documento equivocado (diverso do exigido no presente Edital), bem como em virtude da ausência de veracidade dos dados informados e de autenticidade dos documentos entregues, sem prejuízo de eventual responsabilidade penal.

3.6. Os documentos entregues no momento da inscrição não serão devolvidos e nem reutilizados.

#### **4. DOS REQUISITOS PARA O CREDENCIAMENTO**

4.1. São requisitos para o credenciamento de **Assistente Social e Psicólogo**, de que trata o Provimento 6/2014/CM:

I. Ter sido habilitado no Processo Seletivo;

II. Ser maior de 21 (vinte e um) anos;

III. Não possuir antecedentes criminais;

IV. Ser bacharel em Serviço Social ou Psicologia, por instituição devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação;

V. Possuir registro no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) ou Psicologia (CRP);

## **5. DA DOCUMENTAÇÃO A SER ENTREGUE NO ATO DA INSCRIÇÃO**

### **5.1. DA DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA**

5.1.1. No ato da inscrição deverão ser entregues os documentos obrigatórios abaixo relacionados, estritamente na ordem que segue:

I – 1 (uma) fotografia 3x4 recente;

II - Anexo I – ficha de inscrição (via original), devidamente preenchida e assinada, com data atual;

III - Anexo II – declaração de relação de parentesco (via original), devidamente preenchida e assinada, com data atual;

IV – Original e cópia legível (frente e verso, se houver) de documento oficial de identificação, com foto, de modo que a autenticidade desta, se for o caso, será atestada por servidor da Gestão de Recursos Humanos deste Fórum ou a seu serviço, mediante a comparação entre o original e a respectiva cópia, nos termos do art. 3º, II e III, da Lei Federal nº 13.726/2018 (Lei da Desburocratização). Serão aceitos os seguintes documentos de identificação: carteira expedida por Comando Militar, Secretaria de Segurança Pública, Instituto de Identificação ou Corpo de Bombeiro Militar; carteira expedida por órgão fiscalizador de exercício profissional (ordem, conselho etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteira funcional expedida por órgão público que, por lei federal, valha como identidade; carteira de trabalho e previdência social; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997);

V – Original e cópia legível do Cadastro de Pessoa Física (CPF), de modo que a autenticidade desta, se for o caso, será atestada por servidor da Gestão de Recursos Humanos deste Fórum ou a seu serviço, mediante a comparação entre o original e a respectiva cópia, nos termos do art. 3º, II e III, da Lei Federal nº 13.726/2018 (Lei da Desburocratização), sendo dispensável a apresentação desta se seu número constar de documento oficial de identificação;

VI – Via original de Atestado Médico que ateste tanto a “sanidade física” quanto a “sanidade mental” do candidato, com data atual [emitido há no máximo 30 (trinta) dias antes da publicação deste Edital].

VII – Via original de Certidão Negativa Criminal de 1º (Primeiro) Grau de Jurisdição, da Justiça Estadual do Estado onde residiu/reside nos últimos 05 (cinco) anos, devendo a data da certidão ser atual [emitida há no máximo 30 (trinta) dias antes da publicação deste Edital], sendo que:

a) No caso de ter residido em Mato Grosso, a referida certidão pode ser solicitada pelo endereço eletrônico [sec.tjmt.jus.br](http://sec.tjmt.jus.br), devendo o candidato clicar no item “certidão de primeiro grau”, escolher a opção “certidão negativa para pessoa física”, no campo “documento” informar o número do CPF, sendo que o nome será preenchido automaticamente, no campo “tipos de certidão” clicar em “criminal” e, por fim, clicar em “emitir certidão”.

b) No caso de ter residido nos demais Estados, a referida certidão pode ser solicitada junto ao respectivo Tribunal de Justiça.

c) O candidato que tiver residido em mais de 1 (um) local deverá apresentar as respectivas Certidões de cada Estado onde residiu nos últimos 5 (cinco) anos.

VIII – Via original de Certidão Negativa Criminal de 1º (Primeiro) Grau de Jurisdição, da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado onde residiu/reside nos últimos 05 (cinco) anos, devendo a data da certidão ser atual [emitida há no máximo 30 (trinta) dias antes da publicação deste Edital], sendo que:

a) No caso de ter residido em Mato Grosso, a referida certidão pode ser solicitada pelo endereço eletrônico <http://portal.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/>, devendo o candidato nos campos “CPF/CNPJ da certidão” e “CPF do requisitante” informar o seu número de CPF, no campo “órgão” escolher a opção “Seção Judiciária de Mato Grosso”, no campo “abrangência” clicar em “estadual”, no campo “tipo de certidão” escolher a opção “criminal”.

b) No caso de ter residido nos demais Estados, a referida certidão pode ser solicitada junto ao respectivo Tribunal Regional Federal.

c) O candidato que tiver residido em mais de 1 (um) Estado deverá apresentar as respectivas Certidões de cada Seção Judiciária dos Estados onde residiu nos últimos 5 (cinco) anos.

IX – Via original de Certidão Negativa da existência de decisão transitada em julgado em desfavor do candidato em processo disciplinar, expedida pelo Conselho Regional correspondente à profissão do candidato, CRESS ou CRP, devendo a data da certidão ser atual [emitida há no máximo 30 (trinta) dias antes da publicação deste Edital].

X – Via original e cópia legível (frente e verso, se houver) do diploma de curso de nível superior em Fisioterapia ou Psicologia, emitido por instituição devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação, de modo que a autenticidade da fotocópia, se for o caso, será atestada por servidor da Gestão de Recursos Humanos deste Fórum ou a seu serviço, mediante a comparação com o respectivo original, nos termos do art. 3º, II e III, da Lei Federal nº 13.726/2018 (Lei da Desburocratização);

a) Excepcionalmente, no caso do profissional que colou grau há menos de 01 (um) ano da data de publicação do presente Edital, será aceito Certificado de Conclusão de Curso (frente e verso, se houver) acompanhado da devida cópia legível, que conste as informações sobre o Reconhecimento do curso, bem como a data da colação de grau, de modo que a autenticidade da fotocópia, se for o caso, será atestada por servidor da Gestão de Recursos Humanos deste Fórum ou a seu serviço, mediante a comparação com o respectivo original, nos termos do art. 3º, II e III, da Lei Federal nº 13.726/2018 (Lei da Desburocratização);

5.1.2. É facultado aos candidatos apresentarem as cópias dos documentos obrigatórios exigidos pelo subitem 5.1.1, IV, V, X e X, alínea “a”, autenticadas por Cartório Extrajudicial.

5.1.3 O interessado que entregar a documentação referente ao subitem 5.1.1 de forma incompleta ou incorreta não será habilitado.

## 5.2. DOCUMENTAÇÃO CLASSIFICATÓRIA

5.2.1. No ato da inscrição deverão ser entregues os documentos classificatórios abaixo relacionados, estritamente na ordem que segue:

### I – Comprovação de Tempo de Serviço Público:

a) Via original e cópia legível de Certidão/Declaração (frente e verso, se houver) do Órgão onde exerceu função e/ou cargo ou prestou serviço, que comprove tempo de serviço público, na área específica de credenciamento.

II – Comprovação de Tempo de Experiência Profissional: considerando que a atividade profissional privada compreende os empregos formais e a prestação de serviços na área (assistência social ou psicologia), para a comprovação do tempo de experiência profissional, o interessado deve apresentar:

a) Via original e cópia legível da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (página de identificação/dados pessoais e página do contrato de trabalho), acrescida de via original ou cópia legível da declaração do empregador, descrevendo as atividades desenvolvidas (a declaração do empregador somente será necessária se na carteira de trabalho não constar a informação específica da atividade na área de credenciamento), ou

b) Via original e cópia legível de contrato de prestação de serviços na área específica de credenciamento, ou

c) Via original e cópia legível de recibo de pagamento autônomo (RPA), acrescido de via original ou cópia legível de declaração do contratante (com o período e a espécie do serviço realizado), bem como a apresentação do primeiro mês e do último mês recebidos, ou

d) Via original e cópia legível de Certidão de inteiro teor de decisão judicial transitada em julgado na qual tenha sido reconhecida a experiência exigida (tempo de serviço na área).

### III – Comprovação de Formação Acadêmica:

a) Via original e cópia legível de título de doutorado (frente e verso, se houver), reconhecido ou revalidado, na área específica de credenciamento;

b) Via original e cópia legível de título de doutorado (frente e verso, se houver), reconhecido ou revalidado, fora da área específica de credenciamento;

c) Via original e cópia legível de título de mestrado (frente e verso, se houver), reconhecido ou revalidado, na área específica de credenciamento;

d) Via original e cópia legível de título de mestrado (frente e verso, se houver), reconhecido ou revalidado, fora da área específica de credenciamento;

e) Via original e cópia legível de título de especialização (frente e verso, se houver), na forma da legislação educacional em vigor, na área específica de credenciamento;

f) Via original e cópia legível de título de especialização (frente e verso, se houver), na forma da legislação educacional em vigor, fora da área específica de credenciamento;

g) Via original e cópia legível de comprovante de participação em congressos (frente e verso, se houver), seminários e cursos de extensão, na área específica de credenciamento.

IV - O candidato que desejar comprovar o tempo do serviço prestado na função de jurado deverá apresentar a via original e cópia legível do documento comprobatório (frente e verso, se houver), que será utilizado como critério de desempate, caso necessário, em cumprimento do item 6, subitem 6.3, alínea “b” deste Edital;

5.2.2. A autenticidade da (s) fotocópia (s) dos documentos alusivos à Comprovação de Tempo de Serviço Público, de Experiência Profissional, de Formação Acadêmica e de Tempo de Função de Jurado (*item 5.2.1*), se for o caso, será atestada por servidor da Gestão de Recursos Humanos deste Fórum ou a seu serviço, mediante a comparação com o respectivo original, nos termos do art. 3º, II e III, da Lei Federal nº 13.726/2018 (Lei da Desburocratização);

5.2.3. É facultado aos interessados apresentar quaisquer documentos que entendam pertinentes para a comprovação do tempo do serviço público, do tempo de experiência profissional, da formação acadêmica e do tempo de serviço prestado na função de jurado, ainda que tais documentos não estejam elencados no item 5.2.1, os quais serão posteriormente analisados pela Comissão de Apoio ao Processo Seletivo.

5.2.4. É facultado aos candidatos apresentar as cópias dos documentos classificatórios autenticadas por Cartório Extrajudicial.

## **6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

6.1. O processo de seleção dos candidatos inscritos será realizado pela Comissão de Apoio ao Processo Seletivo, por meio de análise da documentação classificatória apresentada, sendo a nota composta da seguinte forma:

6.1.1. O tempo de serviço público na área de credenciamento tem o valor de 01 (um) ponto a cada ano de exercício, não podendo exceder o total de 02 (dois) pontos.

6.1.2. O tempo de experiência profissional na área de credenciamento tem o valor de 0,6 (seis décimos) de ponto a cada ano de exercício, não podendo exceder o total de 03 (três) pontos.

6.1.2.1. O tempo de serviço público excedente, não utilizado no subitem 6.1.1, poderá ser aproveitado sob as regras do subitem 6.1.2.



6.1.3. À formação acadêmica serão atribuídos no máximo 05 (cinco) pontos, excluído o título de graduação requerido para o credenciamento, contados da forma seguinte:

- a) Ao título de doutorado, reconhecido ou revalidado, na área específica de credenciamento, são atribuídos 03 (três) pontos;
- b) Ao título de doutorado, reconhecido ou revalidado, que não seja na área específica de credenciamento, é atribuído 01 (um) ponto;
- c) Ao título de mestrado, reconhecido ou revalidado, na área específica de credenciamento, são atribuídos 02 (dois) pontos;
- d) Ao título de mestrado, reconhecido ou revalidado, que não seja na área específica de credenciamento, é atribuído 0,75 (setenta e cinco centésimos) de ponto;
- e) Ao título de especialização, na forma da legislação educacional em vigor, na área específica de credenciamento, é atribuído 01 (um) ponto;
- f) Ao título de especialização, na forma da legislação educacional em vigor, que não seja na área específica de credenciamento, é atribuído 0,5 (cinco décimos) de ponto;
- g) À participação em congressos, seminários e cursos de extensão, na área específica de credenciamento, é atribuído 0,25 (vinte e cinco centésimos) de ponto, uma única vez.

6.1.3.1. A pontuação a título de formação acadêmica não pode exceder aos 5 (cinco) pontos previstos.

6.2. É ônus do candidato proceder à produção de prova documental idônea, não se admitindo a concessão de dilação de prazo para esse fim.

6.2.1. Somente serão apreciados os documentos entregues no prazo e forma estabelecidos neste Edital.

6.3. Na ocorrência de empate na pontuação de candidatos, serão aplicados os seguintes critérios de desempate, para classificação:

- a) candidato com maior idade, nos termos do art. 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741/2003;

b) candidato com maior tempo no exercício da função de jurado, conforme dispõe o art. 440, do Decreto-Lei 3.689/41, Código de Processo Penal;

c) candidato com maior nota referente ao tempo de experiência na atividade profissional na qual está se credenciando, conforme dispõe o item 6, subitem 6.1.2., deste Edital;

d) candidato com maior nota referente à formação acadêmica, conforme dispõe o item 6, subitem 6.1.3., deste Edital.

6.4. Os candidatos deverão ter pleno conhecimento dos termos deste edital, das condições gerais e particulares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do seu adimplemento, não sendo aceitas reivindicações posteriores nesse sentido.

6.5. Serão considerados habilitados ao credenciamento os candidatos que atenderem plenamente as exigências deste Edital e do Provimento 06/2014/CM.

## **7. DO RECURSO**

7.1. Serão admitidos recursos quanto:

a) À não habilitação para a etapa classificatória;

b) À pontuação atribuída aos documentos classificatórios, bem como à ordem de classificação.

7.2. Os recursos deverão ser interpostos à Comissão de Apoio ao Processo Seletivo no prazo de 02 (dois) dias úteis após a publicação do Edital de habilitados para a etapa classificatória, bem como do Edital de classificação.

## **8. DO CREDENCIAMENTO**

8.1. Os habilitados serão credenciados nos termos do Provimento nº 6/2014/CM, de acordo com a ordem de classificação e com a disponibilidade de vagas.

8.2. O credenciamento será efetuado pelo período de até 02 (dois) anos, admitindo-se apenas 01 (uma) única prorrogação por igual período.

8.3. Após a publicação do Ato de Credenciamento, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se apresentar na Gestão de Recursos Humanos do Fórum da Comarca de Cuiabá, para prestar compromisso, munido de documentos necessários para compor sua ficha cadastral,

quais sejam: ficha de dados pessoais preenchida em modelo próprio, 1 (uma) fotografia 3x4 recente, cópia da carteira de identidade (RG) ou carteira nacional de habilitação (CNH), cópia do cadastro de pessoa física (CPF) se não constar em outro documento oficial de identidade, cópia do título de eleitor, cópia de comprovante de residência, número do registro na previdência social (PIS/PASEP), número do cadastro de prestador de serviço (ISSQN) e informações sobre a conta-corrente pessoal, bem como os documentos constantes no subitem 5.1.1., III, VII, VIII, IX e X, devidamente atualizados.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

9.1. É de inteira responsabilidade do interessado acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este processo seletivo.

9.2. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.

9.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Apoio ao Processo Seletivo.

E para que chegue ao conhecimento de todos, é que foi expedido o presente edital.

Cuiabá/MT, 16 de abril de 2019.

**Luís Aparecido Bortolussi Júnior**

Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Cuiabá/MT

## ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO

INFORMAÇÕES DE DADOS PESSOAIS		
Nome (sem abreviar):		
Data Nascimento:	Sexo: ( )Fem ( )Masc.	Estado Civil:
RG:	Órgão Expedidor:	CPF:
Nacionalidade:	Naturalidade:	Nº Registro Conselho Classe:
Endereço Residencial:		
E-Mail:	Telefone Residencial:	Telefone Celular:
Nome do Pai (sem abreviar):		
Nome da Mãe (sem abreviar):		
REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO		
Requeiro minha inscrição para ( ) <b>Assistente Social</b> / ( ) <b>Psicólogo</b> no Processo Seletivo regido pelo Edital nº 3/2019/GRHFC, destinado ao credenciamento de Pessoas Físicas das áreas de Assistência Social e Psicologia, para atendimento às Unidades Judiciárias do Fórum da Comarca de Cuiabá/MT.		
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E CONCORDÂNCIA DAS REGRAS		
Declaro que tomei conhecimento do inteiro teor do Edital n.º 03/2019/GRHFC e dos Provimentos nº 6/2014/CM, nº 13/2014/CM e nº 03/2018/CM e que estou de acordo com todas as regras estabelecidas.		
DECLARAÇÃO DE VERACIDADE E AUTENTICIDADE		
Declaro que são verdadeiras todas as informações por mim fornecidas e que são autênticos todos os documentos por mim apresentados.		
LOCAL, DATA E ASSINATURA		
Cuiabá, ____ de _____ de 2019.		
<div style="text-align: center;">_____ Assinatura do Candidato</div>		

## ANEXO II – DECLARAÇÃO DE RELAÇÃO DE PARENTESCO

NOME (sem abreviar):			
N.º CPF:	N.º RG:	Nome do cônjuge:	
Nome do pai:		Nome da mãe:	
Local a ser credenciado: Fórum de Cuiabá/MT			
Possui Cônjuge, Companheiro, ou Parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com Magistrados ou Servidores que ocupam cargos de Direção, Chefia ou Assessoramento no Poder Judiciário?  <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <span>(    )SIM</span> <span>(    )NÃO</span> </div>			
Nome do Parente:	Cargo:	Relação de Parentesco:	Setor:
Por ser a expressão fiel da verdade, sob pena de responsabilidade Penal, Civil e Administrativa, em cumprimento a Súmula Vinculante nº 13 do supremo tribunal federal, Resolução nº 07/2005, do conselho nacional de justiça, seus Enunciados Administrativos, firmo a presente declaração.  Cuiabá, ____ de _____ de 2019.  <div style="text-align: center; margin-top: 20px;"> <hr style="width: 80%; margin: 0 auto;"/>             Assinatura do Candidato         </div>			

### ANEXO III – QUADRO DE VAGAS

FÓRUM DE CUIABÁ	
PROFISSIONAL CREDENCIADO	VAGAS
ASSISTENTE SOCIAL	Cadastro de Reserva
PSICÓLOGO	Cadastro de Reserva